



## EDITORIAL

A Revista e-civitas, do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do Uni-BH, consiste em um veículo de divulgação de resultados de trabalhos de pesquisa, assentado no pilar acadêmico da interação entre ensino, pesquisa e extensão, proporcionando à comunidade acadêmica, interna e externa da IES, um espaço de apresentação das pesquisas sobre temas relevantes em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Relações Internacionais e Turismo.

Os artigos científicos de autoria de professores, alunos e profissionais das respectivas áreas de pesquisa foram revisados de forma voluntária pelo Conselho Editorial e Científico, pelo que a Revista e.civitas reafirma seus agradecimentos pelo trabalho realizado pelos seguintes profissionais:

Profa. Esp. Leila Said Tótarô Lopes, Administração, Uni-BH;

Prof. Dr. Túlio S. Henriques Ferreira, Relações Internacionais, Uni-BH;

Profa. Ms. Rachel Sant'Anna Murta, Turismo, Uni-BH;

Profa. Ms. Marta Alves de Souza, Ciências Contábeis, Uni-BH;

Prof. Dr. Tiago Gomes Pinto, Direito, Uni-BH;

Prof. Dr. Joaquim Carlos Salgado, Direito, UFMG;

Profa. Dra. Misabel Abreu Machado Derzi, Direito, UFMG;

Prof. Dr. Henrique Cordeiro Martins, Administração, Uni-BH;

Prof. Dr. Marcos Antônio de Camargos, Administração, Faculdade Novos Horizontes;

Profa. Ms. Sylvia Ferreira Marques, Relações Internacionais, Uni-BH;

Prof. Ms. Geraldo Zahran, Relações Internacionais, PUC-RJ.

Neste primeiro número do segundo volume, apresentam-se 7 (sete) trabalhos científicos, cuja pertinência temática e relevância social e científica podem ser avaliadas pelo leitor através do endereço eletrônico [www.unibh.br/revistas/ecivitas](http://www.unibh.br/revistas/ecivitas).

O primeiro artigo - A tutela executiva reformada e a defesa do devedor: a ação autônoma prejudicial e seus efeitos na execução não embargada, de autoria de Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior, estabelece “uma crítica aos meios de defesa à disposição do executado, face às reformas introduzidas no Código de Processo Civil (CPC), com especial ênfase na defesa chamada externa ou heterotópica”.

E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol. 2, n. 1, jun-2009. ISSN: 1984-2716. Disponível em: [www.unibh.br/revistas/ecivitas](http://www.unibh.br/revistas/ecivitas)

O segundo artigo - A utilidade da gestão de projetos na internacionalização de empresas: uma abordagem sobre planejamento, riscos positivos e negativos, de autoria de Quintiliano Campomori e Rodrigo Corrêa Teixeira, realiza “um estudo exploratório da utilização da Gestão de Projetos na Internacionalização de Empresas”.

O terceiro artigo - A web semântica e o ensino a distância, de autoria de Marta Alves de Souza, busca discutir a participação da web semântica no ensino à distância e “mostrar como as instituições de ensino podem utilizar essa ferramenta como facilitador no processo de ensino-aprendizagem à distância”.

O quarto artigo – Da ilegalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas pagas a título de aviso prévio indenizado, de autoria de Raphael Silva Rodrigues e Tiago Gomes de Carvalho Pinto, aborda a visão doutrinária e jurisprudencial sobre a “extensão da ilegalidade acerca da exigência da inclusão do valor pago a título de aviso prévio indenizado no montante do salário de contribuição, em virtude do advento do Decreto nº 6.727/09”.

O quinto artigo – Percepção dos cavalgadores sobre perspectivas do turismo ecológico no Rio Grande do Sula, de autoria de Roberto Naime e Sérgio Carvalho, avalia “a percepção dos cavalgadores sobre itens relevantes e perspectivas do turismo rural no Rio Grande do Sul”, bem como “foi realizado estudo de campo com pesquisa qualitativa para avaliar a percepção dos participantes de cavalgadas rurais e dos proprietários”.

O sexto artigo - Hobbes versus Locke: a contribuição do estado de natureza para as perspectivas realista e pluralista das relações internacionais, de autoria de Geraldine M. M. B. Rosas, aponta “as contribuições das obras de Hobbes e Locke para o desenvolvimento das perspectivas realista e pluralista das Relações Internacionais”.

O sétimo artigo – O prazo prescricional para cobrança de dívida embasada em cheque: art. 62 da Lei n. 7.357/85, de autoria de Natália Cristina Chaves, aborda o “problema da prescrição da pretensão de cobrança de dívida líquida constante de cheque, regulada no art. 62 da Lei do Cheque, a partir da análise dos diversos entendimentos jurisprudenciais, bem como à luz da teoria geral dos títulos de crédito”.

Ao final, a Revista e.civitas renova o convite aos membros de toda comunidade científica, interna e externa à IES, para que possam divulgar seus trabalhos de pesquisa neste veículo de comunicação destinado a contribuir com a acessibilidade e evolução do conhecimento em ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais.

Ana Sofia Rezende Sauma

Editora geral da Revista e.civitas